**CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE APÓLICES DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL EXTRACONTRATUAL E DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL**

# PROGRAMA DO CONCURSO

**PROCEDIMENTO N.º CP/10/2021**

**OUTUBRO 2021**

**ÍNDICE**


Artigo 1.º Identificação do Procedimento ..... 4

Artigo 2.º Entidade Adjudicante ..... 4

Artigo 3.º Decisão de Contratar ..... 4

Artigo 4.º Categoria e Descrição do Objeto do Procedimento ..... 5

Artigo 5.º Concorrentes ..... 5

Artigo 6.º Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento ..... 5

Artigo 7.º Esclarecimentos e Retificações das Peças do Procedimento ..... 6

Artigo 8.º Erros e Omissões no Caderno de Encargos ..... 6

Artigo 9.º Preço Base ..... 7

Artigo 10.º Proposta ..... 8

Artigo 11.º Documentos que Constituem a Proposta ..... 8

Artigo 12.º Indicação de preço ..... 9

Artigo 13.º Apresentação de Propostas Variantes ..... 10

Artigo 14.º Idioma dos Documentos da Proposta ..... 10

Artigo 15.º Modo de apresentação da Proposta ..... 10

Artigo 16.º Prazo para apresentação das Propostas ..... 11

Artigo 17.º Obrigação de Manutenção da Proposta ..... 11

Artigo 18.º Alteração e/ou Retirada da Proposta ..... 11

Artigo 19.º Admissão e Exclusão das Propostas ..... 12

Artigo 20.º Esclarecimentos sobre a Proposta ..... 12

Artigo 21.º Critério de Adjudicação ..... 12

Artigo 22.º Relatório Preliminar ..... 13

Artigo 23.º Audiência Prévia ..... 14

Artigo 24.º Relatório Final e Escolha do Contraente Privado ..... 14

Artigo 25.º Notificação da decisão de adjudicação ..... 14

Artigo 26.º Documentos de Habilitação ..... 15

Artigo 27.º Idioma dos Documentos de Habilitação ..... 18
Artigo 28.º Não Apresentação dos Documentos de Habilitação ..... 18
Artigo 29.º Falsidade de Documentos e Declarações ..... 18
Artigo 30.º Caução ..... 19
Artigo 31.º Legislação Aplicável ..... 19
Artigo 32.º Despesas e Encargos ..... 19
Artigo 33.º Prevalência ..... 19
Artigo 34.º Novos Serviços ..... 20
Anexo I Modelo de declaração ..... 21
Anexo II Formulário de Proposta de Preço ..... 23
Anexo III Modelo de declaração ..... 24
ANEXO IV Modelo de Declaração ..... 25
ANEXO V Informação relativa ao Adjudicatário para efeitos de outorga de contrato 26
Anexo VI Declaração de Compromisso relativa a Código de Conduta de Fornecedores da Porto Ambiente 27

**Artigo 1.º**

**Identificação do Procedimento**

1. O presente Programa do Concurso visa regular o procedimento pré-contratual de Concurso Público, com publicação de anúncio no Diário da República, que tem por objeto a "**Aquisição de Apólices de Seguro**", em conformidade com o previsto no Caderno de Encargos e respetivos anexos, através da contratação, por lotes, das seguintes apólices de seguro:

   Lote 1: Seguro de Responsabilidade Civil Extracontratual;
   Lote 2: Seguro de Responsabilidade Ambiental;

2. O contrato a celebrar na sequência do presente procedimento, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 e na alínea e) do n.º 2 do artigo 16.º, na alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º e nos artigos 130.º e ss., todos do Código dos Contratos Públicos, doravante abreviadamente designado por CCP, respeita ao objeto identificado no número anterior.

**Artigo 2.º**

**Entidade Adjudicante**

Para efeitos do presente procedimento, a entidade adjudicante é a Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A. (doravante abreviadamente designada por Porto Ambiente), sita na Praça General Humberto Delgado, 4049-001 Porto, com o telefone n.º 22 834 87 20.

**Artigo 3.º**

**Decisão de Contratar**

A decisão de contratar relativa ao presente procedimento foi tomada pelo órgão competente, no caso o Conselho de Administração da Porto Ambiente, ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 36.º do CCP, em 21 de outubro de 2021.

**Artigo 4.º**

**Categoria e Descrição do Objeto do Procedimento**

A classificação CPV dos serviços objeto do presente procedimento é a seguinte: Objeto principal 66.51.00.00 – 8 (Serviços de Seguros).

**Artigo 5.º**

**Concorrentes**

1. Podem apresentar propostas no âmbito do presente procedimento todas as pessoas, singulares ou coletivas, que não se encontrem em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do CCP.
2. Podem ser concorrentes no presente procedimento agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, sem que entre as mesmas exista qualquer modalidade jurídica de associação.
3. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo.

**Artigo 6.º**

**Consulta e Fornecimento das Peças do Procedimento**

**1.** O Programa do Concurso e o Caderno de Encargos encontram-se disponíveis para consulta na Porto Ambiente, na seguinte morada: Rua de São Dinis, 249, 4250-350 Porto, em funcionamento todos os dias úteis das 9h00 às 12h30 e das 14h00 às 18h00, desde a data da publicação do anúncio até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, podendo os interessados solicitar cópia das mesmas, em papel ou suporte informático adequado, pagando para o efeito o preço de custo das mesmas.

**2.** As peças do procedimento encontram-se igualmente disponíveis, de forma livre, completa e gratuita, na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela Porto Ambiente, no endereço www.acingov.pt, na qual devem ser apresentadas as propostas, submetidos os relatórios preliminar e final, apresentadas

quaisquer exposições, pronúncias ou pedidos de esclarecimento e disponibilizados os documentos de habilitação, assim como todas as notificações do procedimento, minuta e contrato.

**3.** Caso os interessados tenham dúvidas sobre a utilização da plataforma eletrónica, poderão recorrer ao centro de apoio técnico previsto para esse fim, através do endereço de correio eletrónico apoio@acingov.pt ou através do número de telefone 707 451 451.

**Artigo 7.º**

**Esclarecimentos e Retificações das Peças do Procedimento**

**1.** Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados, por escrito, ao Júri, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante, devendo ser sempre indicado no assunto a referência do procedimento.

**2.** Os esclarecimentos serão prestados por escrito pelo Júri até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.

**3.** Poderá proceder-se à retificação oficiosa de erros ou omissões das peças do procedimento, nos termos e no prazo previstos no número anterior.

**4.** Os esclarecimentos e as retificações referidos nos números anteriores serão disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante e juntos às peças do procedimento patentes para consulta.

**5.** Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

**Artigo 8.º**

**Erros e Omissões no Caderno de Encargos**

**1.** Os interessados poderão apresentar, até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante, uma lista na qual

identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões detetados nas peças do procedimento, nos termos previstos nos n.ºs 1 a 4 do artigo 50.º do CCP.

**2.** É competente para decidir sobre os erros e omissões identificadas e respetivo suprimento o órgão competente para a decisão de contratar, devendo tal decisão ser proferida até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, considerando-se rejeitados todos os que não forem expressamente aceites.

**3.** As listas apresentadas pelos interessados, bem como a decisão sobre as mesmas, serão publicadas na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante, devendo a decisão ser notificada a todos os interessados que tiverem adquirido as peças do procedimento.

**4.** Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos, sendo estes últimos expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar nos termos do n.º 2, constituem parte integrante das peças do procedimento a que dizem respeito e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

## Artigo 9.º
## Preço Base

**1.** Conforme o disposto no artigo 47.º do CCP, os preços base, que não incluem o imposto de selo e demais taxas e impostos obrigatórios, sendo os valores máximos que a Porto Ambiente se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, são os seguintes, na proporção dos respetivos lotes:

| | | |
|---|---|---|
| Lote 1: | 33.000,00 € | (trinta e três mil euros) |
| Lote 2: | 10.000,00 € | (dez mil euros) |

**2.** Para efeitos do disposto no número anterior, o preço que serve como parâmetro base do preço contratual é 43.000,00€ (quarenta e três mil euros), sendo este o preço máximo que a Porto Ambiente se dispõe a pagar pela execução de todas

as prestações que constituem o objeto do presente procedimento pré-contratual, não incluindo imposto de selo e demais taxas e impostos legalmente devidos.

**3.** O preço base deverá atender aos pressupostos da vigência do contrato, de acordo com o disposto na Cláusula 4.ª do Caderno de Encargos.

**4.** O preço a apresentar tem de incluir todos os custos, encargos ou despesas associadas ao objeto contratual cuja responsabilidade não seja expressamente atribuída à Porto Ambiente, nomeadamente as despesas de alojamento, alimentação, deslocação de pessoal dos concorrentes, despesas de aquisição, armazenamento e manutenção de meios que os mesmos afetem à execução do contrato.

**Artigo 10.º**

**Proposta**

**1.** Na proposta, os concorrentes manifestam a sua vontade de celebrar o contrato e indicam os termos pelos quais se dispõem a fazê-lo.

**2.** Quaisquer encargos relativos à elaboração da proposta, incluindo estudos, testes, disponibilização de amostras ou outras atividades com elas conexas, são suportados pelos respetivos interessados.

**Artigo 11.º**

**Documentos que Constituem a Proposta**

**1.** A proposta é constituída pelos seguintes documentos:

**a)** Documento referido na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP, elaborado em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao presente Programa do Concurso, assinado pelos concorrentes ou por representantes que tenham poderes para os obrigar, que constitui a declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos;

**b)** Proposta de Preço, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo II** ao presente Programa do Concurso;

**c)** Nota justificativa do preço proposto, discriminando os prémios totais anuais por apólice e incluindo a indicação obrigatória das taxas totais anuais,

bem como das cargas fiscais e parafiscais que incorporam os prémios totais anuais e/ou as taxas totais anuais;

**d)** Indicação das Condições Gerais e Especiais e das Cláusulas Particulares aplicáveis aos seguros a contratar, devendo as mesmas garantir, no mínimo, as condições exigidas no Caderno de Encargos;

**e)** Tratando-se de Mediador de Seguros, deverá apresentar documento comprovativo da(s) seguradora(s) que suporta(m) a proposta apresentada;

**f)** Documento descritivo do modo como será prestado o apoio na gestão e execução dos contratos de seguro a adjudicar, conforme previsto na alínea d) da Cláusula 9.ª e na Cláusula 11.ª, ambas do Caderno de Encargos.

**2.** Integram também a proposta quaisquer outros documentos que os concorrentes apresentem por os considerarem indispensáveis ao esclarecimento dos atributos da sua proposta e de acordo com os quais se dispõem a contratar.

**3**. Os documentos referidos nos n.ºs 1 e 2 devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

**4**. Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos nos n.ºs 1 e 2 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à proposta os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

## Artigo 12.º
## Indicação de preço

**1.** O preço constante na proposta é indicado em algarismos e por extenso e não inclui imposto de selo e demais taxas e impostos legalmente devidos.

**2.** Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles prevalecem sempre os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.

**Artigo 13.º**

**Apresentação de Propostas Variantes**

**1.** Não é admissível a apresentação de propostas variantes.

**2.** Para efeitos do número anterior, é variante a proposta que, relativamente a um ou mais aspetos de execução do contrato a celebrar, contenha atributos que digam respeito a condições contratuais alternativas aos termos expressamente admitidos pelo caderno de encargos.

**Artigo 14.º**

**Idioma dos Documentos da Proposta**

Os documentos que integram a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

**Artigo 15.º**

**Modo de apresentação da Proposta**

**1.** Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante indicada nos n.ºs 2 e 3 do artigo 6.º.

**2.** Quando, pela sua natureza, qualquer documento dos que constitua a proposta não possa, comprovadamente, ser apresentado nos termos do disposto no n.º 1, deve ser encerrado em envelope opaco e fechado:

**a)** No rosto do qual se deve indicar a designação do procedimento e da entidade adjudicante;

**b)** Que deve ser entregue diretamente ou enviado por correio registado à entidade adjudicante, devendo, em qualquer caso, a respetiva receção ocorrer dentro do prazo fixado para a apresentação das propostas;

**c)** A receção dos invólucros será registada por referência à respetiva data e hora em que os mesmos são recebidos.

**Artigo 16.º**

**Prazo para apresentação das Propostas**

**1.** A proposta e os documentos que a constituem deverão ser apresentados até às 17h00 (hora continental) do dia indicado na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante, no endereço www.acingov.pt.

**2.** A proposta e respetivos documentos consideram-se apresentados no momento da sua submissão na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante, nos termos e para os efeitos do disposto, em especial, nos artigos 65.º e 70 da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto.

**3.** Nos termos do n.º 3 do artigo 470.º do CCP, o prazo fixado para apresentação das propostas é contínuo, não se suspendendo nos Sábados, Domingos e Feriados.

**Artigo 17.º**

**Obrigação de Manutenção da Proposta**

Os concorrentes ficam obrigados a manter a sua proposta durante um período de 90 (noventa) dias, contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.

**Artigo 18.º**

**Alteração e/ou Retirada da Proposta**

**1.** Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem retirar a proposta que tenham apresentado, bastando comunicar tal facto à entidade adjudicante.

**2.** O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

**Artigo 19.º**

**Admissão e Exclusão das Propostas**

1. A apresentação das propostas fica sujeita ao prévio registo dos concorrentes na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante.
2. A proposta é analisada em todos os seus atributos, de acordo com o disposto no n.º 1 do artigo 70.º do CCP.
3. É excluída a proposta caso se verifique qualquer das hipóteses previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP.

**Artigo 20.º**

**Esclarecimentos sobre a Proposta**

**1.** Poderão ser solicitados aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as propostas apresentadas que se considerem necessários.

**2.** Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante da respetiva proposta, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que a constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.

**3.** O júri pode solicitar o suprimento de irregularidades ou proceder à retificação oficiosa de erros contidos na proposta, nos termos das disposições previstas, respetivamente, nos n.ºs 3 e 4 do artigo 72.º do CCP.

**4.** Os esclarecimentos referidos no número anterior serão disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante.

**Artigo 21.º**

**Critério de Adjudicação**

**1.** O critério de adjudicação no âmbito do presente procedimento é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade de monofator, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator

correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço, nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 3 do artigo 74.º do CCP.

**2.** Poderão ser utilizados os seguintes critérios de desempate:

a) Proposta de mais baixo preço para o Lote I;

b) Proposta de mais baixo preço para o Lote II;

c) Realização de sorteio presencial:

c.1) A data, hora e local do sorteio a realizar será notificado, juntamente com o Relatório Final, aos concorrentes graduados em primeiro lugar;

c.2) Do sorteio realizado será lavrada uma ata, que será assinada pelos membros do júri presentes e pelos concorrentes, ou seus representantes legais;

c.3) Após a realização do sorteio será elaborado um novo Relatório Final com a ordenação final das propostas e a respetiva proposta de adjudicação, anexando-se ainda a ata do sorteio.

**Artigo 22.º**

**Adjudicação por lotes**

1. A adjudicação será feita pelos seguintes lotes, melhor identificados no Caderno de Encargos:

   Lote 1: Seguro de Responsabilidade Civil Extracontratual;

   Lote 2: Seguro de Responsabilidade Ambiental;

2. Os concorrentes poderão apresentar proposta global para todos os lotes ou para cada um dos lotes individualmente considerado.

**Artigo 23.º**

**Relatório Preliminar**

**1.** Após a análise das propostas e a aplicação do critério de adjudicação, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a ordenação das mesmas.

**2.** No relatório preliminar o júri deve também propor, fundamentadamente, a exclusão das propostas que se encontrem nalguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

**3.** Do relatório preliminar constará referência aos esclarecimentos sobre as propostas prestados pelos concorrentes.

**Artigo 24.º**

**Audiência Prévia**

**1.** Elaborado o relatório preliminar previsto no artigo anterior, o júri envia-o a todos os concorrentes e promove a sua audiência prévia escrita.

**2.** Os concorrentes dispõem do prazo de cinco dias a contar do envio do relatório preliminar para, querendo, se pronunciarem.

**Artigo 25.º**

**Notificação da decisão de adjudicação**

**1.** A decisão de adjudicação é notificada em simultâneo a todos os concorrentes através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante.

**2.** Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário será notificado para:

a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos nos termos do disposto no presente Programa do Concurso;

b) Confirmar, no prazo de dez dias, se for o caso, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;

c) Se pronunciar sobre a minuta do contrato;

d) Apresentar o documento referido no n.º 3 do artigo 5.º, se aplicável.

**Artigo 26.º**

**Relatório Final e Escolha do Contraente Privado**

**1.** Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações dos concorrentes, efetuadas

ao abrigo do direito de audiência prévia, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

**2.** No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no artigo anterior, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.

**3.** O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo do procedimento, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar, para efeitos de adjudicação.

**4.** Cabe ao órgão competente para a decisão de contratar decidir sobre a aprovação de todas as propostas contidas no relatório final, nomeadamente para efeitos de adjudicação.

## Artigo 27.º

## Documentos de Habilitação

**1.** O adjudicatário deverá apresentar, em suporte digital, através da plataforma eletrónica de contratação pública utilizada pela entidade adjudicante, no prazo de 5 dias após a notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação, nos termos previstos no artigo 81.º do CCP e na Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro:

**a)** Declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo III** ao presente Programa do Concurso;

**b)** Declaração que certifique a titularidade oficial das autorizações necessárias para o exercício da atividade seguradora incluída no objeto do presente concurso, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal;

**c)** Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP, designadamente os seguintes documentos:

**i.** Certificado de Registo Criminal (no caso de se tratar de pessoas coletivas, o referente aos titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência), que comprove que o adjudicatário não incorre nomeadamente nos impedimentos previstos nas alíneas b) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP;

**ii.** Documento comprovativo de que se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por contribuições para a Segurança Social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;

**iii.** Documento comprovativo de que se encontra com a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou, se for o caso, ao Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal.

**d)** Tratando-se de Mediador de Seguros, o adjudicatário deve ainda, para além dos documentos identificados na alínea anterior, acompanhar a proposta dos seguintes documentos:

**i.** Documento comprovativo de inscrição no Instituto de Seguros de Portugal, com a indicação dos ramos de seguro em relação aos quais podem exercer atividade;

**ii.** Declaração, emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal, que comprove que não se encontra pendente processo de suspensão ou cancelamento da inscrição;

**iii.** Acordo celebrado com a seguradora que estabeleça a possibilidade de, em nome e por conta da seguradora, celebrar os contratos de seguro objeto deste Concurso;

**iv.** Seguro de Responsabilidade Civil Profissional, conforme legislação em vigor.

**e)** Documento comprovativo de Registo Central de Beneficiário Efetivo [1] [2] (RCBE) – Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, ou o respetivo código de acesso, que evidencie o cumprimento das obrigações declarativas previstas no Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo, aprovado pela

Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto, sob pena de, por força do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 37.º, ser proibida a celebração do contrato.

**f)** Para além dos documentos previstos no número anterior, o adjudicatário deverá ainda apresentar uma declaração emitida conforme modelo constante do **Anexo IV** ao presente Programa do Concurso, a que se refere a cláusula 12.ª do Caderno de Encargos, bem como um documento com Informação relativa ao Adjudicatário para efeitos de outorga de contrato conforme modelo constante do **Anexo V,** bem como a Declaração de Compromisso relativa ao Código de Conduta de Fornecedores da Porto Ambiente, constante do **Anexo VI.**

**2.** A Porto Ambiente pode sempre solicitar ao adjudicatário, ainda que tal não conste do Programa do Concurso, a apresentação de quaisquer documentos comprovativos da titularidade das habilitações legalmente exigidas para a execução das prestações objeto do contrato a celebrar, fixando-lhe prazo para o efeito.

**3.** Quando os documentos previstos no presente artigo se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário, em substituição da apresentação da sua reprodução, pode indicar o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítios e documentos delas constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

[1] "Estão excluídas de apresentação do RCBE as entidades identificadas no artigo 4.º, do Anexo I da Lei n.º 89/2017, de 21 de agosto."

[2] O preenchimento da declaração do RCBE é feito através do site https://justica.gov.pt/servicos/Registo-de-Beneficiario-Efetivo

**4.** Se o adjudicatário for um agrupamento de pessoas singulares ou coletivas, os documentos indicados no n.º 1 do presente artigo devem ser apresentados por todos os seus membros.

**5.** O adjudicatário deverá proceder à imediata substituição dos documentos de habilitação sempre que se verifique a caducidade dos anteriormente entregues.

**6.** A Porto Ambiente pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo que fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

**Artigo 28.º**

**Idioma dos Documentos de Habilitação**

**1.** Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.

**2.** Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

**Artigo 29.º**

**Não Apresentação dos Documentos de Habilitação**

**1.** A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:

**a)** No prazo fixado no presente Programa do Concurso;

**b)** No prazo fixado nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 27.º;

**c)** Redigidos em língua portuguesa ou, nos casos expressamente previstos no presente Programa do Concurso, acompanhados de tradução devidamente legalizada.

**2.** Quando as situações previstas no número anterior se verifiquem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, será concedido, em função das razões invocadas, um prazo adicional para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

**Artigo 30.º**

**Falsidade de Documentos e Declarações**

Sem prejuízo da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de quaisquer documentos de habilitação ou

a prestação culposa de falsas declarações determinam a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto no n.º 2 do artigo anterior.

**Artigo 31.º**

**Caução**

Não é exigível a apresentação de caução, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

**Artigo 32.º**

**Legislação Aplicável**

Em tudo o que não estiver previsto no presente Programa do Concurso, observar-se-á o disposto na legislação nacional e europeia, nomeadamente os seguintes diplomas:

**a)** Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro;

**b)** Código do Procedimento Administrativo;

**c)** Demais legislação aplicável.

**Artigo 33.º**

**Despesas e Encargos**

As despesas e encargos inerentes à celebração do contrato são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário.

**Artigo 34.º**

**Prevalência**

O presente Programa do Concurso e respetivo Caderno de Encargos prevalecem sobre o anúncio do procedimento no que com eles for desconforme.

**Artigo 35.º**

**Novos Serviços**

Nos termos e para os efeitos do disposto na subalínea iv) da alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do CCP, poderá a entidade adjudicante adotar um procedimento de ajuste direto para a celebração de um contrato de aquisição de serviços que consista na repetição de serviços similares aos que são objeto do presente procedimento.

## Anexos ao Programa do Concurso

**Anexo I –** Modelo de declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º;

**Anexo II –** Formulário de Proposta de Preço, a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 11.º;

**Anexo III –** Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º;

**Anexo IV –** Modelo de declaração a que se refere o n.º 2 do artigo 27.º;

**Anexo V –** Modelo de declaração relativa a informação sobre o adjudicatário, a que se refere o n.º 2 do artigo 27.º;

**Anexo VI –** Declaração de Compromisso relativa a Código de Conduta de Fornecedores da Porto Ambiente, a que se refere o n.º 2 do artigo 27.º

**Anexo I**

**Modelo de declaração**

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Programa do Concurso)

**1.** ... [nome, número de identificação fiscal e morada], na qualidade de representante legal de (1)... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso

de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

**2.** Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que se junta em anexo (3):

**a)** .....

**b)** .....

**3.** Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

**4.** Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

**5.** O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

**6.** Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

**7.** O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação de sanção acessória de privação do direito de participar, como

candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[*Local, data e assinatura*](4)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.ºs 2 e 3 do artigo 57.º.
(4) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º.

**Anexo II**

**Formulário de Proposta de Preço**

(a que se refere a alínea b) do n.º 1 do Artigo 11.º do Programa do Concurso)

…… [indicar denominação ou firma e sede] (1), depois de ter tomado inteiro conhecimento do objeto e âmbito do procedimento pré-contratual de …… [indicar a designação do procedimento em causa], e de todas as condições estabelecidas no respetivo Programa do Concurso e no Caderno de Encargos e restantes peças patenteadas, propõe-se executar todas as prestações que constituem o objeto do procedimento

pelo valor global de _____, considerando um prazo contratual de 24 meses, valor a repartir pelos lotes sujeitos a concurso nos seguintes termos:

| **LOTE 1 – Seguro de Responsabilidade Civil ExtraContratual** | **Valor global (24 meses)** |
|---|---|
| | |

| **LOTE 2 – Seguro de Responsabilidade Ambiental** | **Valor global (24 meses)** |
|---|---|
| | |

À quantia supra mencionada acrescerá o imposto de selo e demais taxas e impostos legalmente devidos.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à execução do Contrato, ao que se encontra prescrito na legislação portuguesa em vigor.

[Local, data e assinatura]

[

**Anexo III**

**Modelo de declaração**

(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 27.º do Programa do Concurso)

**1.** ... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de (1) ... [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], adjudicatário no procedimento pré-contratual de ... [designação ou referência ao procedimento em causa], declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

**2.** O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

**3.** O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos o do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

[*Local, data e assinatura*] (5)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º

## ANEXO IV

## Modelo de Declaração

(a que se refere a alínea f) do n.º 1 do artigo 27.º do Programa do Concurso)

O adjudicatário _____ , no âmbito do procedimento _____, declara que tomou conhecimento dos Requisitos Sustentáveis constantes da cláusula 12.ª do Caderno de Encargos e compromete-se a executar o contrato em conformidade com a referida cláusula, designadamente assumindo a responsabilidade pelo

cumprimento das Boas Práticas Ambientais e das normas nacionais e internacionais de tutela do ambiente, bem como das normas internacionais do trabalho aprovadas pela Organização Internacional do Trabalho.

Data e Assinatura

## ANEXO V

### Informação relativa ao Adjudicatário para efeitos de outorga de contrato

(a que se refere a alínea f) do n.º 1 do artigo 27.º do Programa do Concurso)

"_____", com sede em _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____, com o número único de matrícula e pessoa coletiva _____, aqui representada por _____, portador do cartão de cidadão n.º _____, com validade até _____, na qualidade de _____, com

poderes para o ato, conforme certidão permanente da sociedade com o código n.º _____, válida até _____.

Data e assinatura

**Anexo VI**

**Declaração de Compromisso relativa a Código de Conduta de Fornecedores da Porto Ambiente**

(a que se refere a alínea f) do n.º 1 do artigo 27.º do Programa do Concurso)

O Fornecedor _____ declara que tomou conhecimento do Código de Conduta para Fornecedores da Porto

Ambiente e que se compromete a atuar em conformidade com os requisitos nele estabelecidos.

Assinado em ___ / ___ / ___

(Assinatura e Carimbo)

Porto.
Porto
Ambiente

# CÓDIGO CONDUTA FORNECEDORES E SUBCONTRATADOS PORTO AMBIENTE

Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA

# Código de Conduta de Fornecedores e Subcontratados da Porto Ambiente

## 1. Âmbito

A Porto Ambiente atua no município do Porto, promovendo a sustentabilidade ambiental e económica e a qualidade de vida de todos aqueles que residem, visitam, trabalham ou estudam na cidade do Porto.

Fiel aos seus Valores pretendemos envolver os fornecedores e subcontratados nas preocupações sociais e ambientais, no sentido de garantir o desenvolvimento sustentável da sua atividade.

O Código de Conduta para Fornecedores e Subcontratados da Porto Ambiente visa contribuir positivamente para o desenvolvimento económico, social e ambiental, na relação de compromisso, e de boa fé, com os seus Fornecedores e Subcontratados assentes nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos, às Convenções da Organização Internacional do Trabalho e da Legislação Nacional e Comunitária em vigor no desenvolvimento da sua atividade.

## 2. Compromissos definidos no Código de Conduta

### A - Condições de Trabalho

No desenvolvimento da sua atividade o fornecedor deve assegurar e respeitar, em qualquer circunstância, os seguintes requisitos:

1. **Trabalho Infantil (trabalho de menores)** – O trabalho infantil não é tolerável. Os colaboradores não podem ter uma idade inferior à idade mínima definida pela Legislação do País:

**a.** O fornecedor obriga-se a cumprir com toda a Legislação aplicável ao trabalho de menores;

**b.** O fornecedor obriga-se a manter registos que comprovem a data de nascimento de cada um dos seus colaboradores

**c.** O fornecedor obriga-se a estabelecer e implementar procedimentos para restabelecer situações de crianças que forem encontradas a trabalhar que se enquadrem na definição de trabalho de menores.

2. **Trabalho Forçado** - O trabalho forçado não será tolerado sob qualquer forma.

   O fornecedor não permitirá atos que se enquadrem na definição de trabalho forçado (todo o trabalho ou serviço que seja extraído de qualquer pessoa sob a ameaça de qualquer penalidade para a qual essa pessoa não se tenha oferecido voluntariamente, ou cujo trabalho ou serviço seja obrigado como meio de pagamento de débito anterior).

3. **Saúde e Segurança no Trabalho, Liberdade de Associação e Direito à Negociação Coletiva, Horário de trabalho e Remuneração –** O fornecedor deve cumprir com a legislação laboral em vigor, ou regulamentação coletiva eventualmente aplicada à área de atividade do fornecedor.

4. **Discriminação** – O fornecedor não se deve envolver, nem apoiar práticas e comportamentos que sejam incompatíveis com a dignidade da pessoa humana, nomeadamente em razão do sexo, identidade de género, origem, raça, etnia, convicção religiosa ou partidária, nacionalidade, orientação sexual ou deficiências físicas. Também não devem ser admitidas quaisquer condutas configuradas como assédio sexual/moral ou abuso de poder. Deverão ser especialmente observadas as regras previstas no código de combate ao assédio e no plano para a igualdade de género.

   O recrutamento, remuneração, acesso à formação, promoção e reforma dos colaboradores devem ser realizados com base na sua capacidade de realizar o trabalho e não com base em características pessoais ou crenças.

5. **Práticas disciplinares –** O fornecedor não se deve envolver ou apoiar a utilização de punição corporal, mental ou coerção física ou abuso verbal.

   **a.** O fornecedor não permitirá punição física aos colaboradores.
   **b.** O fornecedor não permitirá punição não física como ameaças, assédio sexual e abuso verbal.

6. **Proteção de dados pessoais e privacidade dos colaboradores -** o fornecedor deve prioriza o respeito e a tutela da privacidade e dos dados pessoais dos seus colaboradores, em conformidade com a legislação europeia e nacional em vigor e ao abrigo da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais e do Código de Conduta sobre a Proteção de Dados Pessoais.

   O fornecedor deve assegurar o escrupuloso cumprimento dos princípios relativos ao tratamento de dados pessoais, incluindo a recolha e conservação os dados pessoais dos colaboradores exigidos por lei e que se afigurem como estritamente necessários para assegurar a eficácia das operações na Empresa, na garantia da segurança, do acesso, da retificação, da atualização e da eliminação dos dados pessoais a pedido do respetivo titular, ou na proibição de atividades de tratamento de dados pessoais ou da sua divulgação sempre que tal se mostre incompatível com as finalidades subjacentes à sua recolha.

**B - Considerações Ambientais**

Sendo compromisso da Porto Ambiente a melhoria do meio ambiente no Município do Porto, a mesma identificou os principais aspetos ambientais decorrentes da sua atividade de forma a implementar medidas que promovam a prevenção e minimização dos impactes associados.

Pretende-se que o fornecedor também se comprometa a promover uma cultura de respeito em prol do meio ambiente, estabelecendo e implementando práticas acordo com as Boas Práticas da Gestão Ambiental e com as normas nacionais e internacionais de tutela do ambiente.

Abril 2021